

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**OFERTA DE DISCIPLINAS**

ANO E SEMESTRE

**2016/1**

PROFESSOR(ES) <b>ADRIANA CAMPOS SILVA</b>						
CÓDIGO DA DISCIPLINA (VER TABELA DISPONÍVEL NO CAMPO <i>FORMULÁRIOS</i> NO SÍTIO ELETRÔNICO DO PROGRAMA) <b>DIR822</b>						
TEMA (VER TABELA DISPONÍVEL NO CAMPO <i>FORMULÁRIOS</i> NO SÍTIO ELETRÔNICO DO PROGRAMA) <b>TEMAS DE DIREITO POLÍTICO</b>						
SUBTEMA (LIVREMENTE ESCOLHIDO PELO DOCENTE) <b>Análise conceitual e estratégica da Lei 13.165/15: principais mudanças e debates multidisciplinares</b>						
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE <i>DISCIPLINA ISOLADA</i> ?						
SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>						
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE <i>DISCIPLINA ELETIVA</i> ?						
SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>						
DIA DA SEMANA	HORÁRIO		CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
<b>QUINTA-FEIRA</b>	DE <b>19</b> H <b>30</b> ÀS <b>22</b> H <b>00</b>		45 H	3	20	REGULAR - PRESENCIAL

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?	
SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>	
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S) <b>Prof. Dr. Márcio Luis de Oliveira</b> <b>Prof. Dr. Léo Leony</b>	INSTITUIÇÃO (UNIDADE) <b>FACULDADE DE DIREITO DA UFMG</b>

EMENTA (LIVREMENTE INDICADA PELO DOCENTE)
<p>Análise crítica dos processos institucionalizados de Direito Político de defesa das instituições representativas, identificados na construção e garantia de uma formação imparcial da opinião e da vontade, tendo por fulcro a ideia de racionalidade moral e procedimental nos âmbitos do Direito Eleitoral e da Política, de forma a consolidar a dimensão estratégica da educação/participação como modelo de organização social e política.</p>

OFERTA DE DISCIPLINAS

BIBLIOGRAFIA

OBSERVAÇÃO: CASO O ESPAÇO NÃO SEJA SUFICIENTE, O PROFESSOR DEVERÁ INDICAR, NESSE CAMPO, APENAS A BIBLIOGRAFIA BÁSICA. A BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DEVERÁ SER APRESENTADA, OPORTUNAMENTE, AOS ESTUDANTES MATRICULADOS.

- BARROSO, Luis Roberto. O novo direito constitucional no Brasil.1.ed., Belo Horizonte: Fórum,2013.
- BUSTAMANTE, Thomas . The Ongoing Search for Legitimacy: Can a `Pragmatic yet Principled? Deliberative Model Justify the Authority of Constitutional Courts?. The Modern Law Review, v. 78, p. 372-393, 2015.
- BUSTAMANTE, Thomas (Org.) ; DAHLMAN, Christian (Org.) . Argument Types and Fallacies in Legal Argumentation. 1. ed. Dordrecht: Springer, 2015. v. 1. 227p .
- BROCHADO, Mariah . Paideia jurídica: pressupostos e caracterização. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 101, p. 159-190, 2011.
- BROCHADO, Mariah (Org.) ; REPOLES, M. F. S. (Org.) ; GONÇALVES, Gláucio Maciel (Org.) ; BAMBIRRA, Felipe Magalhães (Org.) ; DELL'ISOLA, Valéria (Org.) ; MEDEIROS, Alberto Rezende (Org.) . Magistratura. Noções Gerais de Direito e Formação Humanística. Resolução nº 75/2009. 1. ed. Niteroi: Impetus, 2012.
- HÖFFE, Otfried. Justiça Política.Martins Fontes, São Paulo, 2006.
- CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart. Discricionariedade Administrativa no Estado Constitucional de Direito. 2º ed Curitiba: Juruá 2008.
- CALVET DE MAGALHÃES, Theresa. Filosofia analítica e filosofia política: a dimensão pública da linguagem. Belo Horizonte. Arraes Editores. 2011.
- CAMPOS SILVA, Adriana (Org.) ; CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade (Org.) . Constituição e democracia: 25 anos da Constituição brasileira. 1. ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2015. v. 1.
- CAMPOS, Adriana ; CATTONI, Marcelo ; MAGALHAES, J. L. Q. ; HORTA, J. L. B. ; OLIVEIRA, M. L. ; FERNANDES, B. G. A. ; MEYER, E. P. N. . Das Garantias Políticas: a Constituição como norma de reconhecimento. In: Adriana Campos; Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira. (Org.). Constituição e Democracia 25 anos da Constituição Brasileira. 1ed.Belo Horizonte: Initia Via, 2015, v. 1, p. 72-322.
- CAMPOS, Adriana ; STUDART, Paulo Henrique M. . Reflexões sobre a criação de novos partidos políticos e a distribuição dos recursos do fundo partidário e do tempo de acesso gratuito do rádio e à televisão. In: Patrícia Henriques Ribeiro; Mônica Aragão M. F. Costa; Arthur Magno e Silva Guerra. (Org.). Direito Eleitoral: leituras complementares. 1ed.Belo Horizonte: D'Plácido Editora, 2014, v. 1, p. 99-116
- CAMPOS, Adriana ; OLIVEIRA, Igor B. S. . O GASTO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL NO ANO ELEITORAL E OS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI Nº 9.504/97. Estudos Eleitorais, v. 9, p. 10-29, 2014.
- CAMPOS, Adriana ; Daniel Piovanelli . O Direito como Integridade na Jurisdição Constitucional: análise sobre o aborto segundo a proposta de Ronald Dworkin. Sequencia, v. 67, p. 251-276, 2013.
- CAMPOS, Adriana ; SANTOS, Polianna P. . O Princípio da Fidelidade Partidária e a possibilidade de perda de mandato por sua violação: Uma análise segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica, v. 14, p. 01-26, 2013.
- CAMPOS, Adriana ; WANDERLEY JR, B. ; Cristiana Fortini ; PINTO, F. M. ; CATTONI, Marcelo ; Thibau, Tereza C. S. Baracho . Por um Sistema Nacional de Ouvidorias Públicas: possibilidades e obstáculos. Série Pensando o Direito, v. 42, p. 10-87, 2012.
- CAMPOS, Adriana. ANDRADE NETO, João. Liberdade e segurança: o impacto de um conflito (aparente) entre princípios. Justiça em Revista. V.1, p. 88-102, Belo Horizonte, 2010.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

OFERTA DE DISCIPLINAS

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

OBSERVAÇÃO: NESTE CAMPO, O DOCENTE PODERÁ INSERIR LINKS PARA FACILITAR O ACESSO A TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

CAMPOS, Adriana. Soberania e processo eleitoral; in Soberania:antigos e novos paradigmas. Adrian Sgarbi et al. Rio de Janeiro: Freitas Bastos,2004.

CÂNDIDO, Joel J. Direito Eleitoral Brasileiro. Bauru, SP: Edipro, 2007.

CATTONI DE OLIVEIRA, M. A. ; Siqueira, Gustavo Silveira . A Revolta da Chibata entre cascatas, estátuas e navios. Insight Inteligência (Rio de Janeiro), v. 1, p. 86-96, 2013.

CATTONI DE OLIVEIRA, M. A. ; ALVES, A. D. . Considerações sobre a reforma política: uma análise da relação entre Legislativo e Executivo contra o Presidencialismo de coalizão e o bonapartismo.. Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica, v. 9, p. 13-32, 2011.

COSTA , Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. 6.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

DWORKIN, Ronald. Taking Rights Seriously. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão. Teoria do Garantismo Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002

\_\_\_\_\_. Garantismo: uma discusión sobre derecho y democracia. Madrid: Trotta. 2006.

\_\_\_\_\_. Por uma teoria dos direitos e dos bens fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2010.

FOUCAULT, Michel. La société punitive. Cours au Collège de France. 1972-1973. Hautes Études. Ehes Gallimard Seuil, Paris, 2013.

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v.

HONNETH, Axel. Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HORTA, José Luiz B. . La Era de la Justicia; Derecho, Estado y límites a la emancipación humana, a partir del contexto brasileiro. Astrolabio: revista internacional de filosofia, v. 11, p. 75-85, 2011.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil. 7.ed.,São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS (PREENCHIMENTO OPCIONAL)

LEONCY, L. F. (Org.) ; CANOTILHO, J. J. G. (Org.) ; MENDES, G. F. (Org.) ; SARLET, I. W. (Org.) ; STRECK, L. L. (Org.) . Comentários à Constituição do Brasil. 1. ed. São Paulo: Saraiva/Almedina/IDP, 2013. v. 1. 2380p .

OLIVEIRA, Márcio L., FERREIRA, Raphael Rodrigues . Registro de candidatura e antecipação da habilitação para se ser elegível. 1ª. ed. Belo Horizonte: DePlácido 2014.

PEREIRA, R. V. . Contencioso Eleitoral: polissemia conceitual, sistemas comparados e posição brasileira. Anais do XX Congresso Nacional do CONPEDI Vitória/ES. 1ed.: 2011, v. p. 4207-.

SALCEDO REPOLÊS, M. F. . IDENTIDADE DO SUJEITO CONSTITUCIONAL E CONTROLE DE CONSTITUCION

O RESTANTE DA BIBLIOGRAFIA SERÁ DADA EM SALA